



PRÁTICAS PARTICIPATIVAS E DIALÓGICAS NO ENSINO E EXTENSÃO: ARTICULANDO SABERES NA VILA DE PONTA NEGRA, NATAL/RN

Winifred Knox*
Joana Tereza Vaz Moura

DOI: <https://doi.org/10.23901/1679-4605.2022v18n1p43-58>

RESUMO

Este artigo visa apresentar a experiência desenvolvida na Vila de Ponta Negra, em Natal, RN, por meio de um projeto de melhoria do ensino- aprendizagem, vinculado à graduação do curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN, no ano de 2019. Trabalhamos a partir do princípio dialógico ([FREIRE, 1983a](#), [1983b](#), [1992](#), [1993](#), [2005](#)), priorizando metodologias participativas para dar voz à comunidade, aos alunos, aos monitores e ao estagiário docente. Acompanhamos durante um ano, de forma sistemática e participativa, as ações de políticas públicas de saúde, educação e serviços de assistência social no território desta comunidade popular e tradicional na cidade, buscando estabelecer relações de reciprocidade com a comunidade e gestores de atendimento local. O resultado foi o acesso ao “universo de concepções, práticas e experiências” ([BIZERRIL, 2008, p. 158](#)). No processo destacamos, por um lado, o aprendizado da escuta em consulta para um diagnóstico participativo das demandas da sociedade civil em relação aos serviços públicos e, por outro, as dificuldades dos atores que estão implementando políticas públicas.

Palavras-chave: Relação teoria/prática. Princípio dialógico. Práticas participativas. Políticas públicas.

PARTICIPATORY AND DIALOGICAL PRACTICES IN TEACHING AND EXTENSION: ARTICULATING KNOWLEDGE IN VILA DE PONTA NEGRA, NATAL/RN

ABSTRACT

This article aims to present the experience developed in Vila de Ponta Negra, in Natal, RN, through a teaching-learning improvement project, linked to the graduation of the Public Policy Management course at UFRN, in 2019. We work to based on the dialogical principle ([FREIRE, 1983a](#), [1983b](#), [1992](#), [1993](#), [2005](#)), prioritizing participatory methodologies to give voice to the community, students, monitors and the teaching intern. For a year, we monitored, in a systematic and participatory way, the actions of public health policies,

*Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal/RN. E-mail: winknox@gmail.com.

education and social assistance services in the territory of this popular and traditional community in the city, seeking to establish reciprocal relationships with the community and of local care units. The result was access to the “universe of conceptions, practices and experiences” ([BIZERRIL, 2008, p. 158](#)). In the process we highlight, on the one hand, the learning of listening in consultation for a participatory diagnosis of civil society's demands in relation to public services and, on the other, the difficulties of actors who are implementing public policies.

Keywords: Theory/practice relationship. Dialogical principle. Participatory practices. Public policies.

PRÁTICAS PARTICIPATIVAS Y DIALÓGICAS EN DOCENCIA Y EXTENSIÓN: ARTICULANDO CONOCIMIENTOS EN EL PUEBLO DE PONTA NEGRA, NATAL/RN

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar la experiencia desarrollada en Vila de Ponta Negra, en Natal, RN, a través de un proyecto de mejora de la enseñanza-aprendizaje, vinculado a la graduación del curso de Gestión de Políticas Públicas de la UFRN, en 2019. Trabajamos para partir del diálogo como un principio ([FREIRE, 1983a, 1983b, 1992, 1993, 2005](#)), priorizando metodologías participativas para dar voz a la comunidad, estudiantes, monitores y docentes en prácticas. Durante un año monitoreamos, de manera sistemática y participativa, las acciones de las políticas públicas de salud, educación y servicios de asistencia social en el territorio de esta comunidad popular y tradicional de la ciudad, buscando establecer relaciones recíprocas con la comunidad y gestores de comunidades locales. unidades de servicio. El resultado fue el acceso al “universo de concepciones, prácticas y experiencias” ([BIZERRIL, 2008, p. 158](#)). En el proceso destacamos, por un lado, el aprendizaje de la escucha en consulta para un diagnóstico participativo de las demandas de la sociedad civil en relación a los servicios públicos y, por el otro, las dificultades de los actores que están implementando políticas públicas.

Palabras clave: Relación teoría/práctica. Conocimiento dialógico. Prácticas participativas. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a experiência do projeto “Melhoria do ensino em GPP: a articulação teoria-prática dos componentes curriculares Ateliês nas atividades junto à sociedade” coordenado pelas autoras para trabalho de campo na Vila de Ponta Negra, em Natal, Rio Grande do Norte, executado em 2019. Este projeto vem reforçar o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de Gestão de Políticas Públicas (GPP) da UFRN, que enfatiza o aspecto da extensão na formação discente do curso. O curso de GPP, com a implementação de seu novo PPC, a partir de 2018, dispõe de nova estrutura curricular e visou maior adequação do curso às novas realidades acadêmicas e profissionais,

principalmente a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais com a consolidação do “Campo de Públicas” ([PIRES et al. 2020](#)).

O projeto buscou atuar junto aos componentes curriculares denominados de Ateliês, que fazem parte do eixo formador profissional planejamento e políticas públicas (1140 Horas/38% da Carga Horária Total), que visam “[...] exercitar as habilidades práticas relativas ao exercício do planejamento e gestão de políticas públicas, como a formulação de planos, projetos, programas, relatórios, pareceres, monitoramento, avaliação, levantamentos, análises, diagnósticos etc.[...]” ([UFRN, 2018, p. 23-24](#)). Os Ateliês permitem aliar teoria e prática e a extensão universitária. Os Ateliês de gestão de políticas públicas e extensão aplicada, de 1 a 6, abrangem 720 horas, do total da carga horária de 3000 do curso, que tem duração de 4 anos. Eles são obrigatórios, sem pré-requisitos, sendo ofertados em todos os semestres do curso, e constituem o desenho do ciclo de políticas públicas, uma proposta de estudar e simular os diferentes momentos que constituem uma política pública, desde a problematização, passando pelo diagnóstico até a avaliação e monitoramento.

A proposta metodológica do projeto preconizava a articulação entre teoria e prática como viés central para pensar a melhoria do ensino e aprendizagem desse componente curricular. Procurou-se focar técnicas de pesquisa que se adequassem aos objetivos propostos. Para articular essa disciplina à experiência de vivências práticas, com a integração dos polos graduação, extensão e pesquisa, foi preciso priorizar metodologias de cunho participativo, no sentido de dar voz à sociedade civil, foco das políticas públicas e também favorecer o aprendizado dos alunos, por isso a seleção de metodologias dialógicas, as de diagnóstico participativo, mesmo que utilizando tecnologias de quantificação na análise do conteúdo e dos discursos. Também foram utilizados dados secundários disponíveis em plataformas do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano.

Nesse sentido, as propostas teóricas tiveram como pressuposto básico a posição dialógica de um estatuto cognoscente aberto, sem hierarquias, como propõe [Freire \(1983a, 1983b, 1992, 1993, 2005\)](#), sendo buscadas para implementação tanto entre a equipe de professores, como com monitores, estagiário docente, alunos e na comunidade.

A Vila de Ponta Negra foi escolhida como foco de execução do projeto mediante articulação já existente das professoras aos movimentos sociais locais, especialmente junto ao *Fórum Vila em Movimento*, onde participam gestores de instituições prestadores de serviços públicos, como a Unidade Básica de Saúde (UBS) e o Centro de Referência de Ação social (CRAS).

Assim, buscou-se o acompanhamento sistemático e participativo das principais reuniões do Fórum Vila em Movimento, das reuniões da UBS e do CRAS, além de visitas a essas unidades por meio de postura aberta e consultiva. Nessas visitas procurou-se estimular o diálogo com as instituições e com a sociedade civil organizada frente aos principais problemas vivenciados pela população, aproveitando para investigar as principais iniciativas estatais que se organizam como respostas sistemáticas no formato de políticas públicas. Assim, foi realizado um levantamento das principais políticas públicas nos setores de saúde, educação, assistência social, turismo e cultura.

Como resultado desse processo, observou-se maior vinculação entre teoria e prática; a criação de maiores habilidades e capacidades nos alunos, futuros gestores em políticas públicas; um maior desenvolvimento de habilidades de pesquisas quantitativas e qualitativas, para uma maior capacidade de escuta das demandas da sociedade civil organizada, frente aos serviços públicos, e também um melhor conhecimento do trabalho

e das dificuldades dos profissionais gestores de políticas públicas “da ponta”, ou os chamados “burocratas de nível de rua” ([LIPSKY, 2019](#)).

O artigo está sistematizado em três partes, além desta introdução. Na primeira parte, apresentamos o processo de escolha do campo empírico, as técnicas e instrumentos utilizados em campo. Na segunda parte, trazemos a história e a memória social da Vila de Ponta Negra por meio dos relatos captados por alunos e professores. No item 3, apresentamos parte dos resultados dos problemas observados no território estudado, enfocando na questão cultural e identitária do território e sua relação com o desenvolvimento local. Finalizamos trazendo uma reflexão sobre os desafios para a academia em pensar sua atuação junto à sociedade e ao Estado.

DA UNIVERSIDADE À COMUNIDADE: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AÇÃO DIALÓGICA

Enquanto professoras, sempre tivemos inquietação com relação à questão do conhecimento produzido pela universidade e seu alcance na sociedade. A disciplina de Ateliê de Políticas Públicas, obrigatória em seis semestres do curso de Gestão de Políticas Públicas/UFRN, que conta com dois professores simultaneamente em sala de aula, nos possibilitou a experiência de *aulas práticas e trabalho de campo*.

Em 2019, depois de várias experiências de trabalho com diferentes professores e grupos de alunos, com visões de mundo diversificadas, propusemos o projeto de melhoria de ensino aprovado pela Pró-reitoria de Graduação com algum recurso para gastos de custeio. Alinhamos o primeiro Ateliê para a construção de um Diagnóstico Social Participativo. A ideia era de inovar forjando uma verdadeira relação de proximidade da Universidade com a sociedade com um efetivo trabalho de campo, e que a sala de aula fosse também na rua, com aproximação aos beneficiários das políticas públicas, residentes da cidade em que habitamos.

Partimos da ideia de que é “[...] preciso mostrar como a extensão [e a graduação] precisa estar intrinsecamente vinculada a projetos de pesquisa e a atividades de ensino, gerando uma alimentação mútua nas diferentes práticas desenvolvidas na universidade.” ([ADDOR, 2015, p. 10](#)). Uma disciplina com carga horária prática deveria ser o pontapé para a realização de experiências inovadoras de articulação entre o aprendizado acadêmico e o social/popular. As nossas outras experiências em atividades de campo, e extensão comunitária, como alunas, professoras e coordenadoras de projetos em diferentes temáticas (juventude rural, pesca artesanal, movimentos sociais, agricultura familiar etc.), alicerçou nossa proposta de trabalhar com a perspectiva de abranger as dinâmicas e os desafios de uma prática acadêmica que inclua o diálogo e a extensão universitária, objetivando o resultado da melhoria do aprendizado e o aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso¹.

O processo de aproximação da realidade pesquisada- a Vila de Ponta Negra- contou, desde o primeiro momento, com a vivência na localidade, seus problemas, suas diferenças, suas desigualdades, as relações sociais cotidianas, a sensação de estar fora de um contexto, e dentro de outros, o dentro-fora e o fora-dentro, tão presentes nas pesquisas antropológicas e nas humanidades, encontrando-se com a bondade, a maldade, o

¹ Sobre o PPC de GPP PODE ser encontrado em: <https://cchla.ufrn.br/dpp/wp-content/uploads/2018/08/Projeto-Pedagógico-de-Curso-Estrutura-Curricular-nova-02.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

sofrimento, a diversidade, confrontando nossos valores culturais diversos segundo nossas diferentes origens, os quais nos surpreenderam com sua força para o diferente, a força do novo.

Portanto, conhecer o lugar há muitos anos, conhecer as pessoas do lugar e participar dos movimentos sociais que se organizam em torno de reivindicações e demandas para solucionar os problemas locais foi fundamental. Pode-se dizer que o início se deu em uma reunião com vizinhos interessados na temática *saneamento ambiental*, no Conselho Paroquial, para discutir vários problemas relativos ao saneamento, ao esgoto, à praia, etc. quando conhecemos as pessoas tanto do Fórum Vila em Movimento, como da disciplina de Saúde Coletiva e Cidadania/SACI, do Departamento de Saúde Coletiva da UFRN. Assim, formou-se um Grupo de Trabalho (GT) do Fórum Vila em Movimento o qual ficaria responsável por dar encaminhamentos mais efetivos das decisões do Fórum. As novas incorporações de pessoas e os novos nomes dos movimentos representam a dinâmica dos movimentos sociais. O GT reunia a Diretora do CRAS à época, um representante da equipe da UBS, uma artista poetisa, duas professoras da UFRN, duas aposentadas e ativistas já conhecidas em Natal, um professor de educação física e empresário e um advogado popular jovem, representante de uma ONG denominada Mutirão. O acompanhamento do Fórum e do GT pelas professoras se deu ao longo de todo o ano.

Em relação ao território, a situação com a qual nos deparamos foi a de duas Vilas em que coexistem pessoas em situação de bastante vulnerabilidade e pessoas com o poder aquisitivo de médio a alto. Esse fato faz com que na média estatística a pobreza desapareça. Essas “duas vilas” têm realidades e formas de apropriação do espaço diferenciadas e, portanto, possuem necessidades bastante diversas. Os moradores mais vulneráveis são dependentes de políticas sociais do governo federal, como o Bolsa família, e o SUS, por exemplo, enquanto os moradores dos grandes edifícios e das casas em condomínios fechados pagam planos de saúde e têm alimentação saudável todos os dias. A relação destes últimos com o território da Vila é meramente a da visibilidade a partir da janela do carro, no trajeto para o trabalho ou para a praia, enquanto os primeiros vivenciam a Vila em toda a sua complexidade. O desprovimento dos recursos básicos para esses moradores de uma Vila paupérrima nos chamou a atenção para a necessidade de construir diagnósticos e projetos que pudessem pensar essa realidade na disciplina.

Assim como Elias em seu estudo em Winston Parva ([ELIAS, 2000](#)) identificou os insiders e os outsiders, a Vila de Ponta Negra se apresentava para nós como um verdadeiro laboratório para a análise sociológica. A divisão entre os moradores poderia ser percebida a partir das ideias de estabelecidos e outsiders, na medida em que há um grupo que se percebe e que é reconhecido como “o establishment local e um outro conjunto de indivíduos e famílias outsiders.” ([NEIBURG, 2000, p. 7](#)).

No caso da Vila, identificamos os estabelecidos como aquelas pessoas que moram na Vila há vários anos, ou “desde sempre”, que têm relações com a praia, seja trabalhando como pescadores, vendedores ambulantes ou como empregados dos quiosques, e os outsiders compreendem aquelas pessoas que chegaram depois e moram no local pela proximidade com o mar, e seu potencial turístico que reverbera no campo do setor imobiliário. Muitos desses, na maioria das vezes, não “vivem a Vila” apenas “vivem na Vila”, ou seja, não dependem dos serviços públicos ofertados e nem mantêm relações de afetividade com o espaço.

Para os que vivem e trabalham na região, a Praia de Ponta Negra, logo abaixo na orla costeira, assume, então, um papel importante para os moradores locais, que utilizam o potencial turístico existente para comercializarem seus produtos e serviços, que vão

desde pinturas corporais com henna a serviços de massagem e comercialização de crepes, espetinhos, coquetéis, dentre outros.

Considerando a geografia do território onde a Vila de Ponta Negra está inserida, há um contexto diverso, tendo sido inserida pelo último Plano Diretor da cidade (2007) como uma Área Especial de Interesse Social (AEIS), que é cercada por um lado da Orla de Ponta Negra e por outro de uma Zona de Proteção Ambiental – Morro do Careca (ZPA-6), o que aguça o interesse de um atento e voraz mercado imobiliário o qual tem “expulsado” os nativos para longe da orla ou mesmo para longe da Vila ao longo dos anos. Portanto, buscamos “[...] compreender a natureza dos laços sociais de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos.” (NEIBURG, 2000, p. 9). Pudemos entender que os moradores mais antigos percebiam aqueles que vieram depois como os “de fora” e causadores de uma verdadeira expropriação de seus espaços, porque, ao contrário de Wiston Parva, lhes foram sendo paulatinamente expropriados os espaços onde tomavam as decisões enquanto comunidade.

Assim, definido o campo empírico e, em conjunto com os alunos, as temáticas no primeiro semestre para a produção dos diagnósticos foram: saúde, educação, assistência social e turismo; e, no segundo semestre, como havia muito mais alunos (48), além das 4 temáticas anteriores, inserimos o tema da cultura e organizações comunitárias existentes no território.

A partir das definições das temáticas, foram formados grupos com seis membros cada, sendo um grupo que denominamos de articuladores, responsável pela articulação das idas a campo, por fazer contatos com os principais atores a serem entrevistados e por elaborar e sistematizar relatórios sobre as visitas à comunidade.

O trabalho de campo, como já dito, foi organizado tendo a ideia da metodologia dialógica e participativa como fundamento, e as aulas teóricas tiveram como norte as reflexões das obras de Paulo Freire, especialmente nos livros [Educação para a Liberdade \(FREIRE, 1993\)](#) e [Pedagogia do Oprimido \(FREIRE, 1983b\)](#), além de outras leituras mais operacionais, direcionadas aos produtos esperados, o Diagnóstico Social Participativo (DSP) e o Planejamento para um Projeto de Ação (PPA). A educação como prática da liberdade é, para Freire, aquela em que, conscientes de seu lugar no mundo e das situações limites nas quais se encontram, estudantes e professores estabelecem pelo diálogo as condições necessárias para a transformação da realidade. [Freire \(1993, p. 26\)](#) defende a “educação para a liberdade”, que não pode ser matéria do acaso, desprovida de uma orientação e de forma desorganizada. Para o educador, o conhecimento utilizado para organizar a educação e a luta popular não pode ser algo rígido, pronto, acabado e imposto, pois, caso ocorra dessa maneira, estaremos agindo de modo a reproduzir a dominação, “[...] impondo nosso método de conhecimento por cima da inteligência deles. E fazemos pacotes. Transposição de ideologias.” ([FREIRE, 1993, p. 26](#)).

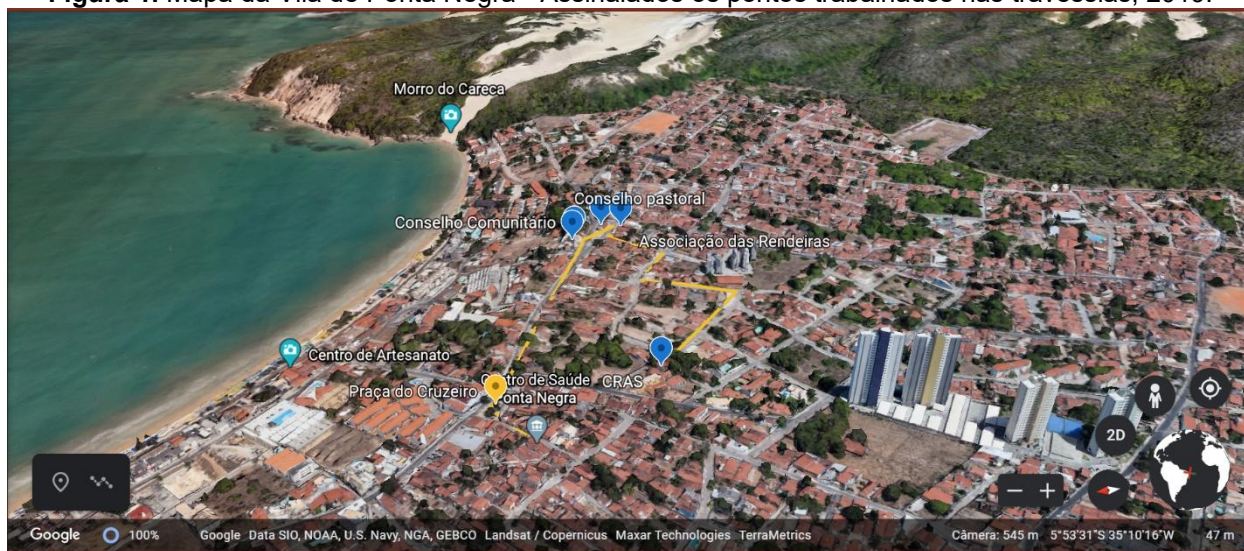
Nas aulas de simulação da prática, trabalhamos metodologias participativas para a realização da coleta de dados primários na Vila de Ponta Negra com leitura e apresentações de diferentes técnicas participativas. No segundo semestre, nós repassamos os DSP realizados pelos alunos do primeiro semestre além de convidarmos para apresentarem para a nova turma o que já tinha sido produzido.

Assim, no segundo semestre, cada grupo foi se apropriando das informações dos diagnósticos já realizados e escolhendo quais seriam as melhores técnicas para serem utilizadas de acordo com as dinâmicas em cada temática para pensar. Desse modo, foram criados grupos com temáticas que ainda não tinham um diagnóstico realizado. Então, a esses grupos foi incumbida a tarefa de realização de um DSP. Ao mesmo tempo, todos

tiveram que pensar e realizar novas enquetes e metodologias participativas junto à comunidade.

Marcadas as primeiras idas dos alunos à Vila de Ponta Negra, em março de 2019, para os discentes do primeiro semestre, e agosto de 2019, para os do segundo, montamos um roteiro prévio e único para todos os alunos, monitores e professores, saindo de um ponto do território da Vila, a conhecida Praça do Cruzeiro, passando pela Unidade Básica de Saúde (UBS), depois pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), depois pela Tapiocaria da Vó, e pelo Conselho Comunitário. As técnicas utilizadas foram a Travessia, com elaboração de mapa indicando pontos visitados, cujo objetivo era a caracterização geográfica (recursos naturais, sistemas de produção, uso da terra etc.), assim como estimular habilidades de observação, de conexão com o espaço representado (o “zoom” no mapa), visão mais detalhada. Também foram realizadas rodas de conversa exploratórias com gestores da UBS e do CRAS e anotações em caderno de campo, além das técnicas escolhidas por cada grupo nos dois semestres, mesclando entrevistas em profundidade, aplicação de questionários, observação participante e análise de documentos.

Figura 1. Mapa da Vila de Ponta Negra - Assinalados os pontos trabalhados nas travessias, 2019.



Fonte: Elaborado pelas autoras. Feito a partir do Google Maps.

SITUANDO O TERRITÓRIO DA VILA: RELATOS E MEMÓRIAS

A Vila de Ponta Negra corresponde a uma parte do bairro de Ponta Negra, localizado na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Registros históricos referentes ao século XVII, de holandeses que por aqui passaram, quando da ocupação em 1633, falam das pedras pretas, fato assinalado por Câmara Cascudo, corroborada por [Machado \(1989\)](#) e [Silva \(2013\)](#), e sinalizam que essa localidade tem entre seus primeiros habitantes, pescadores e agricultores, que viviam de um pescado farto, próximo da costa, e também de grandes roçados. No final do século XIX há registros de construções imobiliárias como uma casa de oração na povoação de Ponta Negra ([SILVA, 2013](#); [SOUZA, 2008](#)) e outra que serviria para uma escola pública para jovens do sexo masculino ([BEZERRA; SÁ, 2008](#); [NATAL, 2009a](#), [NATAL, 2009b](#)). Estima-se que, até fins do século XIX, a Vila de Ponta Negra era habitada por pessoas ligadas à atividade pesqueira, que também tinham seus

roçados, e as mulheres, além da coleta de frutas, sendo conhecidas as rotas das mangabeiras, outras faziam trabalhos de renda de bilro, arte de fazer que permanece até hoje. Após a 2ª Guerra Mundial, com a influência norte-americana de banhos de mar, foram iniciadas construções de casas de veraneio na Praia de Ponta Negra. A reconstituição da história da Vila pelos alunos se deu no sentido da recuperação da memória social (HALBWACHS, 2004) com a história oral através de entrevistas com antigos moradores que foram integrados no trabalho.

Ainda em meados do século XX os relatos falam das dificuldades com relação ao acesso à água, que vai começar a ser fornecida a partir da década de 40, com a introdução de chafarizes, conforme destaca o entrevistado 03: “Não tinha água encanada, se pegava a água na beira da praia, em um cacimbão que tinha água doce, que criou toda a comunidade da vila” [...] “todo tipo de fruto tinha” (entrevistado 3).

Ele ainda comenta a emoção vivenciada quando a água chegou:

Então as maiores emoções de minha vida foi ver um pitoco acender uma lamparina, [...] e abrir um treco que saia água [...] Meus pais, meus avós, todos os meus antepassados na entre safra do peixe eles plantavam, plantavam feijão, milho, mandioca, batata, entre outros [...] (entrevistado 3).

O trabalho na Vila de Ponta Negra era definido principalmente pela agricultura, pesca, pecuária de pequeno porte e renda. Mesmo assim, a pesca foi a atividade que definiu o local e deu à Vila a característica histórica de “Vila dos Pescadores”.

[...] Eu pesquei muito. Enchi muito a barriga dos meus filhos. Pegando caranguejo, lagosta. Meu filho pega lagosta, meus filhos todos sabem pescar porque aprenderam comigo. Eu dizia: segura a bolsa. Aí eu ia pescar e pegava lagosta desse tamanho. [...] Agora eu nunca tirei carteira de marisqueira porque nunca tive oportunidade. Mas eu fui muito marisqueira e pegava caranguejo mesmo. Eu aprendi com umas senhoras, que ia, era: Maria, o marido dela que chamava Caiána, Assúia, Babá, uma que chamava Maria poeira. Tudo pescavam [...] (entrevistada 1, 69 anos.).

Os primeiros comércios e os trabalhos que faziam:

Tinha pesca, comércio... No começo era isso mesmo... Era carvão... vendiam na cidade, lá tinha uma casa em Felipe Camarão, chamava a casa dos velhos... iam de cavalo, levavam aquelas cargas de carvão. Tinham pessoas que vendiam goma, caju, tudo que tivesse para vender na cidade iam nesse caminhão, no carro de João Virgulino, no caminhão, aí tudo que tinha para vender, goma... iam nesse caminhão, ...a parada dele era lá na 2... Meu padrinho João Inácio que tinha uma mercearia, mas lá embaixo, era uma mercearia grande, todo mundo comprava lá, dinheiro, fiado, tudo! Mas foi indo, foi indo e ficando ruim, aí foi na época em que as filhas foram se casando, aí acabou com a mercearia (entrevistada 2, 85 anos).

Essa história é para os antigos nativos também uma história de expropriação da terra. Expropriação marcada por uma exploração do trabalho de modo servil e cruel, como a que é contada pela entrevistada 5, sobre a sua mãe ter sido obrigada a deixar de criá-la para trabalhar em uma das primeiras casas de veraneio que surgiram na rua da praia:

Porque a minha mãe não morava aqui não. Ah! Minha mãe veio com eu nos braços para Ponta Negra, agora ninguém sabia da onde foi que ela saiu, qual

lugar que ela saiu e aqui ela morreu. Eu fiquei sozinha e Deus. No final das contas, uma Sra. levou ela para casa dela, nesta descida aí, mas sendo lá embaixo, ela morava, os dois filhos que ela tinha era Apolo e nenhum dos dois queriam que ela criasse eu, aí eu fiquei sem ninguém querer eu, daí essa senhora que me criou disse: Auzira, eu vou levar ela e vou criar ela, aí ela levou e me criou, aí eu tinha o filho dela como um irmão, era maninho e Nezinho e Nenezinha. Aí foi o tempo que eles se mudaram aqui debaixo, dessas brotas aí debaixo, aí foi morar lá na frente, aí eu fiquei na casa deles, foi o tempo que Deus levou meu pai de criação, levou minha mãe de criação, meu irmão de criação, minha irmã de criação e fiquei sozinha, mas já estava casada, 17 anos, já tinha de 3 a 4 filhos (entrevistada 5, 85 a.).

Em 1965, o Centro de Lançamento Barreira do Inferno (CLBI ou, simplesmente, Barreira do Inferno), base da Força Aérea Brasileira para lançamentos de foguetes, é fundado, situando-se no limite da Vila de Ponta Negra com o município de Parnamirim. O CLBI se configura, em várias narrativas, como mais um rearranjo fundiário em que os nativos foram sendo expulsos:

Mas, aqui ainda tinha casa de farinha naquele tempo assim antigo. Tinha uma casa de farinha lá na outra rua. Chamava rua do Pompilho já ouviu falar? Nos 70 era mais ou menos [...] Eu cheguei aqui e ainda alcancei uma casa de farinha. Aí não tinha mais como plantar... a barreira (CLBI) tomou tudo [...] as pessoas vinham morar aqui cada um cercou sua parte [...] Eles iam se apossando e foi indo, foi indo [...] Mas, quando a gente veio morar aqui, olha só era mato, era cada chibanca de pau que fazia medo (Entrevistado 6, pescador).

Em 1985, foi construída a Via Costeira para ligar as praias urbanas à zona sul de Natal, dando início ao projeto turístico da cidade com a construção do primeiro hotel em Ponta Negra, o Natal Mar Hotel. É dessa época também que a Vila começa a ocupar a praia com as tradicionais barracas de praia. Ponta Negra foi oficializado como bairro somente em 1993 e, após a duplicação da Av. Engenheiro Roberto Freire, o bairro acelerou seu processo de crescimento populacional. Devido ao seu crescimento e desenvolvimento das atividades de lazer e serviços no final da década de 90, houve a necessidade de uma melhora na sua infraestrutura, sendo então apresentados os projetos de urbanização e reordenamento do uso do solo na área da orla marítima do bairro. No ano 2000, foi executado o plano de urbanização da praia, que fez a construção de um calçadão na orla marítima, com 3 quilômetros de extensão e a substituição das tradicionais barracas da praia por quiosques de fibra de vidro, juntamente com a implantação do sistema de tratamento de esgotos e a rede coletora.

A exploração e especulação imobiliária na região resultaram em mudanças significativas para os moradores da Vila, em especial, na impossibilidade de produzir diretamente seu alimento e no aumento do custo de vista. Hoje, não há mais plantações e boa parte da população da Vila vive do que a praia pode oferecer, seja como ambulante, dono de barraca ou carrinhos de comidas – especialmente crepe.

Alguns entrevistados falam da perda dos costumes e tradições ao longo do tempo, o que faz pensar a questão da cultura viva que se renova de forma diversa e dinâmica. Mas, ao mesmo tempo, faz refletir sobre a permanência das tradições pelas novas gerações nas culturas tradicionais que são vindas do saber do povo. Faz também pensar sobre os conflitos entre gerações e entre classes sociais.

A luta pela memória da atividade da renda de bilro na comunidade está sendo travada há décadas, os principais atores dessa luta são a Vó Maria, seu filho, Joca Lima, e Maria Renata, que se tornaram incentivadores e articuladores das rendeiras, que invariavelmente se reúnem às tardes na Tapiocaria da Vó. No ano de 2019, conseguiram alcançar mais uma meta em relação a esse objetivo, organizando o estatuto da Associação das Rendeiras da Vila e registrando em cartório. Apesar dessa grande conquista, uma outra muito importante e desafiadora é conseguir uma sede para elas, visto que o restaurante-tapiocaria, que serve como um lugar para expor o trabalho realizado, é apertado. Almejam conseguir um espaço cultural para falar sobre a história da renda de bilro no Brasil e em Portugal, um espaço de reunião de grupos onde possam fazer atividades e oficinas relacionadas com as rendeiras, podendo tornar-se um espaço- museu na rota turística da cidade.

Em fevereiro de 2020, as rendeiras foram homenageadas pela Escola de Samba Acadêmicos do Morro e o seu enredo misturou o clássico “olê mulher rendeira, olê mulher rendá” junto a mitos de guerreiros populares do NE, como lampião. Desse modo, percebe-se o lugar das rendeiras de Ponta Negra como um lugar de memória ([NORA, 1997, 2008](#)) que tem a força de ressignificar a tradição e tornar possível a perpetuação pela transmissão na cultura local, com a renovação dos grupos de participantes. Neste lugar de memória vários projetos são executados. Um projeto de importância incomensurável para esse fim foi “A Vila mostra a sua cara”, criado por Joca, que fala: “nós criamos escolinhas de folclore e cursos de renda, consegui na época resgatar grupos folclóricos que já não existiam há mais de 30 anos e fortalecer a cultura das rendas” (Entrevista concedida em 2019).

Esses lugares de memória ([NORA, 1997, 2008](#)) têm o papel de marcar a história de pessoas do lugar, tanto quanto os afetos e os saberes. E a Tapiocaria da Vó representa este lugar para a comunidade e deveria se transformar em Patrimônio Histórico Cultural vivo da cidade. Assim como pode ser destinado às rendeiras futuramente um espaço como um ponto de cultura e turismo. Mas, existem dificuldades para o reconhecimento desse patrimônio que a Associação das rendeiras preserva, precisam ser reconhecidas como possuidoras de saberes e fazeres que são patrimônios material e imaterial da cidade, precisam também terem apoio suficiente do município, e da Secretaria de Turismo e Cultura, para a sua inclusão nas rotas turísticas, divulgadas por agências de turismo ou hotéis da orla, para a visitação ao local onde fazem a renda, como também a divulgação cultural de outras atrações na Vila. Isso faria com que a imagem de um lugar de violência, “perigoso”, amplificada pela mídia sobre a Vila fosse superada positivamente pela cultura e economia popular.

Pode-se falar ainda de outros grupos culturais presentes na Vila, de que se tem notícia pela ligação que estabeleceram com a Tapiocaria da Vó, tais como: os Congos de calçola, Boi de reis, Pastoril, Capelinha de melão, Coco de roda e os grupos de capoeira e coletivos de arte como o #As cores da Vila.

Figura 2. Pinturas em muros na Vila de Ponta Negra, feitas pelo coletivo artístico #As cores da Vila.



Fonte: Acervo Projeto Melhoria de Ensino/Projeto Saberes Dialógicos.

Ressaltamos a importância da manutenção dessa história criativa e da memória cultural e social da Vila por meio de políticas públicas culturais e de incentivo a atividades e à construção de espaços para encontros de pessoas, bem como a necessidade de refletir sobre valores coletivos que devem ser resguardados. Mas a vida e o seu movimento de eterna recriação não param. A diversão e a arte são aspectos fundamentais para a vida, como disse uma de nossas entrevistadas, no dia do forró dos idosos, no Conselho Comunitário: “É, enquanto a morte não chega, a gente tem que andar, se divertir. Dançar um forrozinho, né?”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS

A partir dos diagnósticos participativos realizados por cada eixo temático trabalhado, o presente item tem por objetivo retratar como esses diferentes temas em conjunto traduzem uma dimensão sociocultural e econômica no território da Vila de Ponta Negra.

A região do Morro do Careca é considerada como uma Unidade de Desenvolvimento Humano – UDH – e, segundo o [Atlas \(2013\)](#), a partir de dados do PNUD, IPEA e FJP formaram indicadores para a região que são: IDHM 2010 é de 0,721, considerado alto, e uma população de 7.083 de habitantes. Em uma área de 3,9518 km², com uma densidade demográfica de 1792,35 hab/km².

O Indicador de Desenvolvimento Humano é composto pela média de 3 outros índices e as médias que esses apresentaram foram: a renda representou 0,691, a educação 0,659, e a expectativa de vida 0,822. Logo, as duas principais questões que necessitam de mais atenção para o desenvolvimento local são a educação e a geração de renda.

Em relação à concentração de riqueza (índice de GINI), pode-se afirmar a existência de duas Vilas, sendo uma da população extremamente pobre de 5,47%, em 2000, e de 2,62, em 2010, e pobre de 19,82%, em 2000, e de 9,05 %, em 2010. Esse recuo dos extremamente pobres e dos pobres, grupo que somava, em 2000, 25,29 % para 11,67%, em 2010, se deve basicamente ao investimento das políticas governamentais nacionais de transferência de renda, como o Bolsa Família, entre outras. A renda per capita, em 2010, é de R\$589,62 e ainda muito abaixo da renda da cidade, que é de R\$ 950,34 e na RM de Natal, de R\$ 778,86. Pode-se concluir que a desigualdade da distribuição da renda, medida pelo Índice de Gini, melhorou entre 2000 e 2010 – visto que ao contrário do IDH, para o Gini, quanto mais próximo de 0 melhor, tendo passado de 0,52, em 2000, para 0,45, em 2010. Os dados de vulnerabilidade mostram a necessidade urgente de investimentos em educação na faixa pré-escolar da Educação Fundamental I, com mais da metade de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, 57,51%, em 2000, e melhorando muito pouco em 2010, para 42,55 %. As informações do Atlas do Desenvolvimento Humano indicam sérias deficiências no que diz respeito à absorção ausente de quase 50 % de crianças residentes no território, com idades entre 2 e 6 anos, ou seja, estão fora das 2 pequenas escolas do local, chamadas Centro Municipal Ensino Infantil-CMEI, as quais atendem a menos que 200 crianças. Ainda na questão vulnerabilidade social encontram-se em número significativo, mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não possuindo ensino fundamental completo e com pelo menos um filho de idade inferior a 15 anos, em percentual de 29,53%, em 2000, e, em 2010, um aumento substantivo para 41,48%. Talvez esse aumento se deva às questões voltadas ao turismo sexual local em período de muita incidência. (http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/21659)

Após essa experiência, que é ao mesmo tempo de docência, extensão, podemos dizer que o resultado foi de grande aprendizado com alunos e professores nesse território da cidade de Natal/RN, no nordeste brasileiro, transformando-se em aprendizados que serão fonte para outros trabalhos, afirmando-se como saberes importantes para os futuros gestores de políticas públicas. Podemos sinalizar o aprendizado da escuta àqueles que serão os futuros beneficiados por ações públicas e também para os alunos os quais tiveram que sair de sua zona de conforto e enfrentar medos, desafios, rompendo desconfiâncias.

Por outro lado a Vila ganhou com o fortalecimento da atenção aos serviços básicos de saúde, educação e os aspectos culturais locais aos quais através da participação dos professores e alunos, e com as iniciativas de maior divulgação destes serviços com a organização do I Fórum Vila em Movimento e Políticas Públicas em novembro de 2019, onde estiveram presentes representantes destas políticas públicas, de movimentos sociais locais e a apresentação do filme “Não estamos à venda”, disponível no Youtube, na Tapiocaria da Vó.

Figura 3. Cartaz do I FVM e Políticas Públicas.



Fonte: Acervo Projeto Melhoria de Ensino/ Projeto Saberes Dialógicos

Elaboração: Cartaz do Grupo Fórum Vila em Movimento divulgando o I Encontro Fórum Vila em Movimento e Políticas Públicas. Componentes: Erociano Vitor Freitas Moraes, Talia Cardoso da Silva, Vitória Fernandes Barbosa, Lenise Maria Rocha da Cruz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem sido evidente que esses momentos de encontros da universidade com os movimentos sociais e com a comunidade têm muita importância para os processos gerados para os diferentes serviços oferecidos e para os gestores da implementação de políticas públicas, ou seja, situados na “linha de rua” no território, conforme foi possível evidenciar quando do enfrentamento da COVID no território ([MOURA, KNOX, 2020](#)).

Queremos terminar com algumas palavras e reflexões em torno das concepções de desenvolvimento que norteiam nossa análise, enlaçando, assim, o envolvimento das políticas públicas para este fim.

A Vila de Ponta Negra pode ser entendida como um território que precisa ter a sua realidade conhecida, suas dinâmicas e as relações sociais presentes nesse espaço. Assim, podemos entender que os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as ideias transformando em território até mesmo as palavras.

Pensar políticas públicas para o território da Vila é, de certa forma, pensar como essas ações políticas podem provocar o desenvolvimento do território onde se compreendem relações de pertencimento, mas também disputas pelo poder.

O modelo de desenvolvimento que deve ser levado em conta para a Vila de Ponta Negra perpassa essas concepções humanas, de melhoria das capacidades, para o aumento das liberdades ([SEN, 2000](#)), a partir da ideia de sustentabilidade socioeconômica e cultural. Para tanto, devemos levar em conta as dimensões culturais e identitárias, como a memória social, para alcançarmos os objetivos sociais da inclusão e da produção de agentes coletivos livres e sustentáveis.

Um dos desafios de pensar um modelo de desenvolvimento no território da Vila é compreender as “duas Vilas” e integrá-las nesse objetivo, dando vigor à ideia da equidade para o apoio ao desenvolvimento dos que mais precisam. Ou seja, incentivar ações públicas para a parcela da comunidade que precisa mais – o que significa dizer que deve haver ampliação de serviços para a educação das crianças não atendidas que residem no território, a melhoria e expansão dos espaços físicos das escolas, tanto quanto melhoria

das condições de trabalho de toda a equipe da escola, para resultar em melhoria qualitativa da educação pública. Também é necessário a melhoria dos serviços de saúde, além da ampliação das equipes de atendimento para todo o território. Ressaltamos que as políticas públicas com seus projetos e ações de estilo *Top-down* devem ser alteradas para um modelo onde os gestores da linha de frente sejam mais consultados e convidados a participar do planejamento, e os agentes locais coletivos, movimentos sociais, ONGs, sejam envolvidos, de modo a fazerem com que as ações sejam articuladas e resultem em desenvolvimento inclusivo para o local, para o território, afinal, apesar da influência que o global tem no local, são estes gestores da linha de rua e os agentes coletivos do local que conhecem as principais demandas da população, e deste modo, pode-se fortalecer as raízes locais para as conexões globais não se tornarem instrumentos nefastos no território.

SUBMETIDO EM: 28/08/2020.

ACEITO EM: 20/07/2022.

REFERÊNCIAS

[ADDOR, F. \(org.\).](#) **Políticas públicas e extensão:** o agir integrado para o desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

[ATLAS \(ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Título.](#) [S.l.], 2013. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/21659. Acessado em agosto de 2020.

[BEZERRA, K.; SÁ, R. M.](#) Urbanização e turismo em ponta negra: transformações espaciais na cidade de Natal-RN. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL (SeminTUR)*, 5., 2008, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, RS, 2008. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/tplVseminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt14-05.pdf. Acesso em: 1 mar. 2008.

[BIZERRIL, J.](#) O vínculo etnográfico: intersubjetividade e coautoria na pesquisa qualitativa. **Universitas Ciencias da Saúde**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 152-163, 2008.

[ELIAS, N.](#) **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

[FREIRE, P.](#) **Educação como prática da liberdade.** 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

[FREIRE, P.; NOGUEIRA, A.](#) **Que fazer:** teoria e prática em educação popular. Petrópolis: Vozes, 1993.

[FREIRE, P.](#) **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 5. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1983b.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua**. Dilemas dos indivíduos nos serviços públicos. Brasília, DF: ENAP, 2019.

MACHADO, M. S. **Estado e movimentos sociais em Natal, Ponta Negra**. 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MOURA, J. T. ; KNOX, W. A solidariedade em movimento: o combate ao COVID 19 na Vila de Ponta Negra, Natal (RN). Porto Alegre: Antropológicas epidêmicas diários de uma epidemia, 10 jul. 2020.

NATAL (Município). Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Bairros de Natal**. Natal: SEMURB, 2009a.

NATAL (Município). Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Natal: meu bairro, minha cidade**. Natal: SEMURB, 2009b.

NEIBURG, F. Apresentação a edição brasileira. In: ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

NORA, P. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevideo: Trilce, 2008.

NORA, P. (dir.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v. 1-3.

PIRES, V. de A. et al. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública E Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4650>. Acessado em 06 ago 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. M. História e produção do espaço da Vila de Ponta Negra – Natal/RN. Elementos para uma reflexão sobre o turismo local. **Turismo: Estudos & Práticas**, Mossoró, RN, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/turismo>. Acesso em: 8 set. 2019.

SOUZA, I. de. **Nova história de Natal**. 2. ed. rev. e ampl. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

[UFRN](https://cchla.ufrn.br/dpp/wp-content/uploads/2018/08/Projeto-Pedagógico-de-Curso-Estrutura-Curricular-nova-02.pdf). **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas na modalidade presencial**. Natal, 2018. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/dpp/wp-content/uploads/2018/08/Projeto-Pedagógico-de-Curso-Estrutura-Curricular-nova-02.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.